



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015735-73.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem**
 Requerente: **André Luis Ramiro e outro**
 Requerido: **Center Imóveis Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

1. Em fase de cumprimento de sentença, a executada ofertou impugnação questionando a aplicação da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil porque não foi intimada para realizar o pagamento espontâneo do débito em apreço.

Não lhe assiste razão, porém.

Isso porque constou expressamente da sentença que o prazo de quinze dias para o pagamento a que foi condenada a executada seria computado de seu trânsito em julgado "*e independentemente de nova intimação*" (fl. 73).

Como sobreveio o decurso desse prazo da maneira prevista para sua contagem, a imposição da multa era de rigor, despicienda qualquer intimação da executada a propósito.

Rejeito, pois, a impugnação de fls. 96/97 e determino a expedição de mandado de levantamento em favor do exequente em relação à importância bloqueada nos autos (fls. 94/95 e 98).

2. Julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil.

3. Oportunamente, destruam-se os autos, com as cautelas de praxe.

P.R.I.

São Carlos, 05 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**